O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano II | Volume 2 | Nº 5 | Boa Vista | 2020

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

http://doi.org/10.5281/zenodo.3753656

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.revista.ufrr.br/boca

OS CIENTISTAS SOCIAIS NO COMBATE AO CORONAVÍRUS E CONTRA A NECROPOLÍTICA: PRIMEIRAS BATALHAS

Romero de Albuquerque Maranhão[1]

Resumo

A pandemia do novo coronavírus requer várias ações e respostas, à medida que o vírus se propaga e ocasiona diversas consequências sociais, econômicas e políticas. Neste contexto, os cientistas sociais que estudam os fenômenos relacionados à sociedade são imprescindíveis, pois são estratégicos para a compreensão da distribuição e difusão da epidemia em determinado espaço social. Assim, este ensaio tem como objetivo analisar, a partir de uma pesquisa exploratória e descritiva, as primeiras reflexões produzidas pelos cientistas sociais frente ao desafio de combater os efeitos adversos da pandemia que já afetam a população brasileira. Os resultados apontam que os pesquisadores estão concentrando suas atenções às questões relacionadas: ao medo; às escalas; aos riscos para os índios; à precariedade do trabalho fomentada pelo Estado; à violência contra a mulher durante a quarentena; com a acelerada divulgação científica; e à necropolítica como prática governamental.

Palavras-chave: Brasil; COVID-19; Ciências Sociais; Necropolítica.

Abstract

The pandemic of the new coronavirus requires several actions and responses, as the virus spreads and causes several social, economic and political consequences. In this context, social scientists who study the phenomena related to society are essential, as they are strategic for understanding the distribution and spread of the epidemic in a given social space. Thus, this essay aims to analyze, from an exploratory and descriptive research, the first reflections produced by social scientists in the face of the challenge of combating the adverse effects of the pandemic that already affect the Brazilian population. The results show that researchers are focusing their attention on issues related to: fear; scales; the risks to the Indians; the precariousness of work promoted by the State; violence against women during quarantine; with the accelerated scientific dissemination; and necropolitics as a government practice.

Keywords: Brazil; COVID-19; Necropolitics; Social Sciences.

INTRODUÇÃO

A pandemia do novo coronavírus, intitulado Sars-CoV-2 e causador da doença denominada COVID-19, gera respostas diferenciadas dos países em termos de estratégias epidemiológicas e de políticas econômicas, impactando assim em assimetrias claras nos resultados humanos, tanto, na difusão do vírus na população, quanto, na difusão da recessão econômica dentro de cada nação (MARANHÃO; MARANHÃO, 2020; MARANHÃO; SENHORAS, 2020).

Contudo, requer várias reflexões e respostas, pois a onda está apenas se formando e a curva oferecendo os primeiros sinais de ascensão exponencial. As respostas não são apenas dos médicos, infectologistas, sanitaristas e alguns economistas como tem sido apresentado pela mídia, mas também de

[1] Administrador, especialista em gestão ambiental, mestre em geografia, doutor em administração e pós-doutorado em educação. E-mail para contato: romeroalbuquerque@bol.com.br

outros cientistas sociais[2], isto é, pesquisadores da antropologia; sociologia; ciência política; administração; geografia humana; história; ciência da religião; contabilidade; economia; direito; psicologia social; filosofia social; e serviço social.

O combate à pandemia requer medidas de restrição de funcionamento da maioria dos estabelecimentos, incluindo vários já afetados pelo "isolamento social", como cinemas, hotéis, restaurantes, oficinas etc. À medida que o vírus se propaga iniciamos um balanço das consequências sociais, econômicas e políticas, bem como somos testemunhas: da midiatização da pandemia; do fechamento de escolas e universidades, bibliotecas e museus; do cancelamento de conferências e competições esportivas; da perda de renda e rendimentos, por trabalhadores e empresários; da negação do trabalho informal (BITTENCOURT, 2020; BORGES *et al*., 2020; DE VITO; GOMEZ, 2020; MANDERSON; LEVINE, 2020; MCKIBBIN; FERNANDO, 2020; MAITAL; BARZAINE, 2020)

Todavia, Carrara (2020) ressalta que qualquer ação em Saúde Pública não pode prescindir da contribuição das Ciências Sociais, ou seja, não pode renunciar de uma perspectiva abrangente sobre como se desenlaçam as conexões entre pessoas e grupos humanos, sobre como as sociedades se estruturam e, enfim, sobre como os processos patológicos adquirem diferentes contornos em cada uma delas.

É incontestável que a trajetória descrita por uma epidemia em uma determinada sociedade na qual são vigentes estritas regras de prevenção entre categorias sociais ou castas será totalmente distinta da trajetória da mesma epidemia em uma sociedade em que tais regras não existem. Do mesmo modo, grupos sociais pouco familiarizados ao discurso científico reagirão de modo diferente daqueles que não o são (CARRARA, 2020).

O conhecimento sócio-antropológico é, portanto, estratégico para compreensão da distribuição e difusão de diferentes epidemias em determinado espaço social. Além disso, no campo da esquecida "educação sanitária"[3], esse conhecimento tem sido crucial para o desenvolvimento de técnicas de ação mais eficazes, baseadas no respeito aos direitos humanos e no permanente diálogo com as visões de mundo - às vezes fortemente contrastantes - mantidas pelos diferentes atores sociais (CARRARA, 2020).

Neste contexto de incertezas, medos, dúvidas e reflexões, este ensaio tem como objetivo analisar o conhecimento produzido pelos cientistas sociais frente ao desafio de combater os efeitos da pandemia

[2] Cientistas sociais, dentre outras questões estudam: conflitos sociais, revolução científica, desigualdades sociais, conflitos, instituições sociais, sistemas de saúde e movimentos políticos. Assim, este estudo abarcará as Ciências Sociais como um grupo de disciplinas para compreender o ser humano em suas relações, não se restringindo apenas a sociologia, antropologia e ciências políticas.

[3] É a denominação dada à prática educativa que tem como objetivo induzir a população a adquirir hábitos que promovam a saúde e evitam doenças. O termo educação sanitária foi proposto pela primeira vez em uma conferência internacional sobre a criança, nos Estados Unidos, em 1919, inserido nos princípios científicos da higiene, que se fortalecia com os avanços da bacteriologia e da imunologia, sendo empregado ao longo do século XX.

do novo coronavírus e que já afeta a população brasileira. Assim, cabe responder a seguinte pergunta: Sobre o que pensam os cientistas sociais durante a epidemia da COVID-19?

A partir das considerações apresentadas e com o intuito de responder a pergunta formulada, este ensaio se caracteriza como exploratório e descritivo, baseado em revisão bibliográfica e documental, e em uma análise qualitativa com foco (CERVO *et al*., 2007; MINGERS, 2003; YIN, 2001).

Assim, o presente trabalho está organizado nos seguintes tópicos: considerações iniciais; sobre a onda de medo; sobre as escalas – globais, da epidemia, da antropologia; sobre a necropolítica; sobre os indígenas; sobre a precarização do trabalho; sobre a violência contra a mulher; sobre a divulgação científica; e considerações finais.

SOBRE A ONDA DE MEDO

Para Castells (2009) a comunicação mediada pela Internet é um fenômeno social recente. E a pandemia do coronavírus é a primeira que se vive em tempo *on-line*. Assim, a internet, com sua multiplicação da capacidade de comunicação capilar, ao mesmo tempo em que propicia uma tomada de consciência global cria uma expectativa e uma paranoia na espera que os grandes números de doentes e mortos, supostamente definidos de forma milimétrica diariamente, não atinjam com a mesma intensidade os locais em que vivemos (RIBEIRO, 2020), gerando assim, uma onda de ansiedade e medo.

Todavia, a disseminação de *fake news*[4] (notícias falsas) diz respeito ao modo como as pessoas estão lidando com o problema, é uma resposta ao medo. Outra reação aparece na forma de piadas, que também circulam com rapidez na internet. As pessoas ficam incomodadas com isso, é preciso entender que rumores, jocosidade, são formas das pessoas lidarem com o fenômeno e dar inteligibilidade a ele (SOUZA, 2020).

Assim, precisamos compreender que:

> Somos seres sociais emocionalmente entrelaçados e, portanto, sentimos e se nos comportamos com base no ambiente em que estamos inseridos. Nossas ações se baseiam naquilo que nos rodeia. Desejamos e tememos de acordo com fortes influências que nos fazem parte de um grupo. Grupo este que hoje se tornou infinitamente grande por não contar mais com barreiras físicas. Informações que envolvem nossa saúde ganham muita atenção em contrapartida, o excesso de informação gera medo. Por sua vez, o medo não administrado gera pânico e o pânico gera caos o que prejudica muito ações de prevenção e solidariedade que são as maiores armas contra qualquer epidemia (LELLIS, 2020).

[4] Segundo Araújo (2016) as *fake news* são tão antigas quanto os próprios meios para comunicação de massa e cita como exemplo uma "notícia" sobre a invasão de marcianos nos Estados Unidos em 1938 que causou pânico e medo numa população que já estava apreensiva com a possibilidade de uma guerra mundial. A notícia depois foi desmentida e, apesar de alguns ainda acreditarem que era verdade, a notícia da invasão da invasão dos marcianos não teve grandes consequências para aquela população local que recebeu a informação.

SOBRE AS ESCALAS: GLOBAIS, DA EPIDEMIA, DA ANTROPOLOGIA

Surto, virose, epidemia e pandemia são termos do universo técnico da epidemiologia para a classificação temporal, geográfica e quantitativa de uma doença infecciosa. Eles são fundamentais para processos de vigilância e controle, definindo níveis de atenção e protocolos de ação (SEGATA, 2020).

Para Segata (2020) a antropologia costumeiramente treina seus pesquisadores (as) com métodos qualitativos. Assim, números, casos, estatísticas ou prevalências têm rosto, trajetória e biografia para as suas pesquisas. Eles partilham experiências e compõem ambientes ímpares. Assim, a pandemia precisa ser considerada como uma experiência vivida nos corpos e nas sensibilidades coletivas.

É imprescindível ter em mente que fenômenos globais são sempre atuados a partir de contextos locais. O global se realiza a partir de materialidades e práticas situadas (SEGATA, 2020). E essa é uma questão vital, pois dizer que os idosos são do grupo de risco é a mesma coisa que anular os demais grupos populacionais, ou afirmar que apenas os idosos podem morrer! Para tal afirmação é imperiosa a análise do contexto no qual o idoso está inserido, das condições de renda, faixa etária (60 – 70; 70 - 80; 80 – 90;...), dentre outros fatores. Indo além, e os marginalizados? Carentes? Moradores de ruas? Habitantes da cracrolândia?

Até a teoricamente trivial fórmula “água e sabão” salva-vidas precisa ser contextualizada. Sabe-se que muitas comunidades economicamente vulneráveis e vítimas de um racismo ambiental estruturado não têm água encanada nas torneiras de forma regular e segura. Sabão é item de luxo. Praticar isolamento em casa implica em ter casa, e ter cômodos separados em quantidade suficiente para os seus moradores. E, como já sinalizou a antropóloga Débora Diniz, “o lar” nem sempre é um lugar seguro para a quarentena, especialmente para as mulheres, em tempos de tamanha taxa de violência doméstica e feminicídio (COE, 2020; COSTA, 2020; SEGATA, 2020).

Conforme registra Saramago (1995):

> A força da epidemia não diminui com as atitudes tomadas pelo governo e depressa o mundo se torna cego, onde apenas uma mulher, misteriosa e secretamente manterá a sua visão, enfrentando todos os horrores que serão causados, presenciando visualmente todos os sentimentos que se desenrolam na obra: poder, obediência, ganância, carinho, desejo, vergonha; dominadores, dominados, subjugadores e subjugados...
> Nesta quarentena esses sentimentos irão se desenvolver sob diversas formas: lutas entre grupos pela pouca comida disponível, compaixão pelos doentes e os mais necessitados, como idosos ou crianças, embaraço por atitudes que antes nunca seriam cometidas, atos de violência e abuso sexual, mortes…

Em relação às escalas Segata (2020) ainda adverte que a internacionalização da ciência e da saúde nos acostumou com o cruzamento de fronteiras e escalas. A promulgação da universalidade dos

vírus, das bactérias, dos vetores e seus efeitos têm permitido desde então a colonização dos conhecimentos locais sobre saúde e doença.

> Quando uma doença como a Covid-19 se espalha, ela leva consigo a sua ciência e suas técnicas. Ela transpõe métricas locais, estatísticas e ações, e isso pode provocar inúmeros equívocos. Os números podem ser universais, mas os fenômenos e experiências que eles descrevem não são. Hoje, a Covid-19 é uma doença em escala global, mas isso não faz dela um fenômeno universal e a antropologia e as Ciências Sociais são imprescindíveis neste momento para pensar de forma situada os seus efeitos (SEGATA, 2020).

SOBRE A NECROPOLÍTICA[5]

Uma das dimensões da noção de necropolítica se refere à "**destruição material dos corpos e populações de humanos julgados como descartáveis e supérfluos**" (MBEMBE, 2012) ganha destaque no contexto atual, principalmente por conta das declarações do Presidente da República Federativa do Brasil (pronunciamento em rede nacional - dia 24/03/2020), em comparar a pandemia com uma "gripezinha"; ao ratificar que apenas os idosos podem ser vítimas; e que devemos seguir em frente:

> ...Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada[6], como proibição de transporte, fechamento de comércio e confinamento em massa. O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos....
>
> ...No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão. ...

O Brasil não pode parar![7] Deixem que o vírus se espalhe, morrerão os que têm doenças crônicas e os mais velhos. O que os cientistas estão dizendo, inclusive o Ministério da Saúde, é que, se não for feito o controle, não haverá leitos para todos, e milhares morrerão por falta de aparelhos hospitalares suficientes para atendê-los. Os mais afetados serão os pobres das grandes metrópoles, apinhados em favelas. A campanha foi interrompida oficialmente pela Justiça, mas corre nas redes sociais. O que ela afirma é: não importa quantos irão morrer, o que importa é salvar a economia. O que não se diz é: os lucros do patronato mais poderoso e rico e do capital financeiro (FRIGOTTO, 2020).

[5] Conceito cunhado pelo camaronês Achille Mbmebe. Mbmebe é historiador e cientista político cuja obra possui bastante relação com o chamado pensamento pós-colonial. Em 1982, chegou a Paris para estudar História e Ciência Política na Universidade de Sorbonne, doutorando-se em História em 1989. Publicou alguns artigos em jornais, como no *Le monde diplomatique* e o livro *De la poscolonie: essai sur l'imagination politique dans l'Afrique contemporaine*, em 1999.

[6] Uma das táticas que mais prejudicou Napoleão Bonaparte durante as Guerras Napoleônicas foi uma tática conhecida como "**terra arrasada**". A manobra consistia basicamente em destruir tudo que pudesse ser utilizado a favor de um inimigo quando a tropa fugitiva estivesse em retirada.

[7] O governo federal lançou campanha publicitária nas redes sociais com a hashtag "O Brasil não pode parar", em 26/03/2020. O vídeo disseminado pelo Planalto reforçava mensagens pregadas pelo presidente Jair Bolsonaro, que critica a paralisia da economia em nome do isolamento social para prevenção à COVID-191; destaca o baixo índice de fatalidade dos pacientes jovens infectados pela COVID-19 e incentiva os brasileiros a retornarem às suas rotinas. Contudo a peça publicitária teve repercussão negativa e foi suspensa pela justiça.

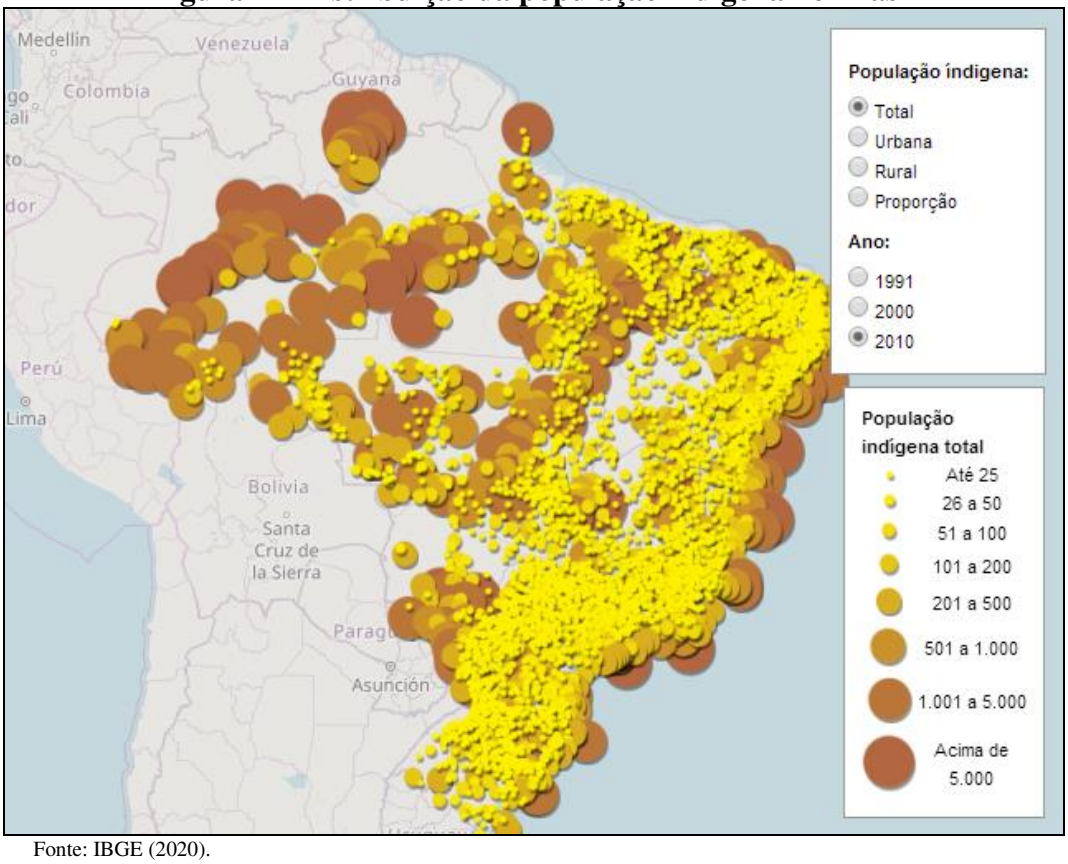
Castelo (2014) endossa, afirmando que a ação política de morte - necropolítica é a forma política adequada ao capitalismo em crise estrutural, no sentido de que atende aos seus objetivos. Na medida em que a "questão social" já não é mais solúvel no interior das instituições sociais capitalistas, a sua consequente militarização e barbarização aparece como modelo de gestão possível.

SOBRE OS INDÍGENAS

Coqueluche, varíola, catapora, sarampo, malária, peste bubônica, tifo, difteria, conjuntivite e gripe são doenças cujos agentes patológicos exterminaram ou reduziram substancialmente povos que não possuíam barreira imunológica para os males trazidos com a suposta civilização (CAPIBERIBE, 2020) e acredita-se que o coronavírus seja mais um agente maléfico aos indígenas.

Conforme os dados do Censo Demográfico de 2010 contabilizou-se a população indígena com base nas pessoas que se declararam indígenas no quesito cor ou raça e para os residentes em Terras Indígenas que não se declararam, mas se consideraram indígenas. Os números revelaram que, das 896 mil pessoas que se declaravam ou se consideravam indígenas, vivem em sua maioria nas regiões Norte e Centro-Oeste (figura 1), morando em Terras Indígenas oficialmente reconhecidas (IBGE, 2020).

Figura 1 – Distribuição da população indígena no Brasil



Fonte: IBGE (2020).

No cenário do novo coronavírus, logo que a orientação de quarentena promulgada pela OMS se tornou palpável aqui, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) adiou a realização do Acampamento Terra Livre (ATL) de 2020, principal mobilização política pan-indígena realizada no país, que costuma reunir cerca de 4 mil indígenas provenientes de todas as regiões (CAPIBERIBE, 2020).

Além disso, a APIB reivindicou junto ao governo federal a implementação de um plano de prevenção e atendimento aos casos de coronavírus entre populações indígenas, garantindo, entre outras coisas: a proteção de seus territórios (independentemente da fase de regularização em que se encontrem), a atenção às terras onde vivem povos em isolamento voluntário, conhecidos como isolados, e a suspensão de despejos em terras que foram retomadas pelas próprias populações indígenas, cansadas da lerdeza da ação do Estado. Esse documento também pede a coibição de invasores nas terras indígenas, como grileiros, madeireiros, garimpeiros, posseiros e outros; e a garantia do aprimoramento do subsistema de saúde indígena, com medidas de prevenção para evitar riscos de contaminação do coronavírus em terras indígenas próximas a centros urbanos e/ou no momento em que as pessoas se deslocam para as cidades em busca de assistência médico-hospitalar (CAPIBERIBE, 2020).

A questão indígena é bem preocupante por várias questões educacionais e socioculturais, como por exemplo: métodos usados em áreas urbanas para reduzir o contágio - como higienizar as mãos com álcool gel - são impraticáveis em muitas aldeias.

SOBRE A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

O cenário em torno da pandemia do novo coronavírus se desdobra com grande rapidez, e consigo consequências catastróficas. Ao mesmo tempo em que o vírus se alastra, milhares de trabalhadores no globo são impactados. No Brasil, a edição da Medida Provisória (MP) n. 936/2020 - publicada pelo Governo Federal no dia 01/04/2020 - ao invés de garantir segurança e proteção à população mais carente neste momento de crise, deflagrou a precarização das condições de trabalho.

Cabe salientar que a precarização do trabalho[8] é um fenômeno complexo e multideterminado, neste contexto Druck (2011) identificou seis tipologias da precarização do trabalho para a realidade brasileira:

> (i) vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais, que diz respeito aos contratos precários, sem proteção ou garantias sociais, bem como as formas de inserção no mercado de trabalho e o desemprego;

[8] - A precarização do trabalho é conceituada como um sistema político de submissão dos trabalhadores à exploração (BOURDIEU, 1998).

> (ii) intensificação do trabalho e terceirização, que são as formas de organização e gestão do trabalho, com o uso da gestão pelo medo, assédio moral e a imposição ao trabalhador de metas de produção inalcançáveis;
> (iii) insegurança e saúde no trabalho, resultado dos modelos de organização e gestão do trabalho sem treinamento dos trabalhadores, com omissão de informações sobre risco e periculosidade e das medidas de proteção, com vistas ao aumento da produtividade;
> (iv) perda da identidade individual e coletiva, ampliando o medo da perda do emprego, o que isola os trabalhadores e os impele a competirem entre si;
> (v) fragilização da organização dos trabalhadores, representada pela dificuldade de organização sindical, com perda da capacidade dos sindicatos em mobilizar os trabalhadores; e
> (vi) condenação e descarte do direito do trabalho, que na conjuntura brasileira atual tem sua representação com a Reforma Trabalhista e a Lei da Terceirização irrestrita.

Desta forma, o enfrentamento da pandemia da COVID-19 está expondo de forma excepcional as demandas históricas dos trabalhadores quanto às condições de trabalho, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), carga horária, remuneração e, até então, a invisibilidade de algumas categorias (GLOBO, 2020; PERUZZO, 2020).

Na MP n. 936/2020 são desconsiderados vários dispositivos constitucionais, especialmente em relação à representação dos trabalhadores, uma vez que consta da Medida a possibilidade de rebaixamentos de condições de trabalho por meio de acordos individuais firmados entre empregador e empregado.

SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Notícias sobre o aumento das notificações de casos de violências domésticas durante a quarentena da COVID-19 foram publicadas em sites internacionais e nacionais, expondo exemplos de países como China, Itália, Reino Unido, França, Dinamarca, Argentina e Espanha, além das cidades de Paris, São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo a mídia, o Plantão Judiciário da Justiça do Rio de Janeiro registrou que os casos de violências domésticas no estado aumentaram em 50% nos últimos dias por conta do isolamento social. Em toda a França o número de ocorrências aumentou em 32%, enquanto em Paris subiu para 36% (COE, 2020; COSTA, 2020).

A Secretária-Geral do Conselho da Europa, Marija Pejčinović Burić, expressou preocupação com o aumento da violência doméstica durante a quarentena devida ao coronavírus. Relatórios de países membros nas últimas semanas já mostravam que as mulheres correm maior risco de abuso dentro de suas próprias casas (COE, 2020).

Neste sentido, com o propósito de minimiar as ocorrências, o Governo da Espanha lançou um guia de ação para mulheres que sofrem violências de gênero em situação de permanência em casa, derivada do estado de alarme pela COVID-19. Paris também anunciou medidas de mobilização prioritárias dos serviços sociais para o atendimento aos casos de violências (COSTA, 2020).

Portanto, é necessário ratificar que o problema das violências contra mulheres não pode ser ignorado ou deixado em segundo plano em nenhum momento, sobretudo agora, que vivemos em isolamento social por causa dessa pandemia mundial. Assim como o COVID-19, as violências contra mulheres no Brasil configuram-se como grave problema social e de saúde pública (COSTA, 2020).

De acordo com Souza (2020), nós vivemos numa estrutura de extrema desigualdade socioeconômica e violência contra a mulher. Vivenciamos um momento em que as famílias estão confinadas na mesma casa, no mesmo apartamento, e, assim, essa violência também cresce.

Assim, faz-se necessária a presença mais ativa do Estado, seja com a repressão aos autores, seja por campanhas de combate e enfretamento à violência contra mulher, como é o caso do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA) que divulgou em seu portal eletrônico (figura 2) o seguinte *slogan*: "Quarentena sim! Violência não!" (TJBA, 2020).

Figura 2 – Campanha publicitária do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia



Fonte: TJBA (2020).

SOBRE A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Grandes editoras liberaram o acesso a artigos sobre a coronavírus, em suas plataformas, com o objetivo de compartilhar conhecimento de forma rápida e, assim, contribuir com a busca por uma vacina ou algum tipo de medicamento que possa amenizar os efeitos do coronavírus. É o caso da revista *The Lancet*, da editora *Elsevier* ou mesmo dos responsáveis pelas bases de dados, como a mencionada *Web of Science*. Essas ações foram extremamente rápidas, como necessário, anteriores à declaração de pandemia pela Organização Mundial da Saúde.

> Essa crise é a prova de que o conhecimento científico tem que ser, sempre, amplamente disseminado. Esperamos que a pandemia faça o mundo compreender que a ciência é um bem comum, que não pode ter barreiras comerciais de acesso. Os cientistas devem ter ao seu dispor toda informação, fruto de pesquisas já realizadas pelos seus pares (IBICT, 2020).

Especificamente, no Brasil, algumas iniciativas merecem destaque na democratização do saber, dentre elas, destacam-se, dentre outras, os Boletins divulgados pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) – fonte de inspiração para este ensaio; a chamada em fluxo contínuo pelo Boletim de Conjuntura (BOCA) da Universidade Federal de Roraima; *fast track*[9] para as revistas científicas editadas pela Fundação Oswaldo Cruz (Cadernos de Saúde Pública, Memórias do Instituto Oswaldo Cruz e Visa em Debate) sobre temas relacionados à pandemia de COVID-19; e a Revista de Administração Pública (RAP) que elaborou uma série de ações visando se juntar aos esforços de atores públicos, privados e sem fins lucrativos mobilizados no enfrentamento da pandemia.

Além disso, cabe destacar a iniciativa do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que lançou o Diretório de Fontes de Informação Científica de Livre Acesso sobre o Coronavírus, sob o lema "Ciência Aberta é Vida"[10]. O diretório tem o objetivo de reunir as fontes de informações científicas em acesso aberto, tanto nacionais como internacionais, que disponibilizam conteúdos sobre o coronavírus e a COVID-19 (IBICT, 2020).

> O mundo científico está se unindo para encontrar uma solução para a pandemia e, por isso, o acesso e a troca de informações científicas são cruciais. Ao estar em constante prospecção e

[9] - Conjunto de procedimentos para agilizar o processo de avaliação editorial, revisão por pares e publicação de artigos aprovados sobre o tema.

[10] - A Ciência Aberta é uma prática científica que visa uma transformação no *modus operandi* da pesquisa científica. Ela pressupõe a abertura de todo o processo científico, que deve ser feito de modo transparente e colaborativo. A Ciência Aberta inclui o compartilhamento dos dados de pesquisa, das publicações, metodologias, ferramentas e softwares utilizados, possibilitando sua reutilização e replicabilidade por outros pesquisadores. Além disso, também inclui o conceito de Ciência Cidadã, em que o engajamento da sociedade no processo científico é valorizado. Assim, pressupõe uma série de mudanças de paradigmas que buscam fazer com que a ciência seja um bem comum à sociedade.

> identificação de fontes científicas em acesso aberto e reuni-las em um diretório, o Ibict facilita aos pesquisadores a busca e ao acesso do que os pesquisadores de todo o mundo estão descobrindo em relação ao tema (IBICT, 2020).

Registra-se que as plataformas, nacionais e internacionais, disponibilizam os textos de duas formas: repositórios dos chamados *preprints* (pré-impressão) – artigos que ainda não foram revisados por outros pesquisadores; e artigos que já submetidos à avaliação, publicados em periódicos científicos.

Além disso, ressalta-se que não só de artigos vive a comunidade científica. Institutos de Pesquisa e Universidades pelo mundo criaram rapidamente seus centros de informação para o público, atualizando (e validando) dados diuturnamente, como o da Universidade *Johns Hopkins*, uma das primeiras, cujos mapas, tabelas e gráficos são uma ótima fonte de informação. Nem só cientistas das ciências biológicas e da saúde se mobilizam, mas de todas as áreas, humanas, ciências sócias, engenharias, etc.

Contudo, o acesso livre a estudos científicos também tem uma faceta negativa: a falta de conhecimento do público leigo sobre como as informações devem ser assimiladas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A velocidade exponencial com que o conhecimento tem sido gerado nos últimos dias, tal qual o vírus tem se propagado, é espantosa. Isso por si já demonstra a preocupação dos cientistas sociais em compreenderem, aprenderem e apreenderem o fenômeno COVID-19.

Ao contrário do divulgado e pronunciado por autoridades sanitárias e Chefes de Estado, “essa gripezinha” rápida, invisível e silenciosa, requer conhecimento, isto é, requer ciência; requer análise multidisciplinar, pois a ciência é indissociável da sociedade na qual é produzida.

Ao terminar as primeiras batalhas, tendo como base o conhecimento produzido pelos cientistas sociais, inspirado mais especificamente nos Boletins divulgados pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), fica a sensação de uma pseudo vitória e a ânsia para iniciar os preparativos às segundas batalhas, pois não foi possível inserir todas as visões, pensamentos, reflexões e vertentes neste ensaio.

Os resultados apontam que os pesquisadores estão concentrando suas atenções às questões relacionadas: à onda de medo disseminada pela internet; às escalas globais e locais; aos riscos para as aldeias indígenas; à precarização do trabalho fomentada pelo Estado; à violência contra a mulher durante a quarentena e que não possui uma estrutura de resposta; com a aceleração da divulgação científica nos últimos dias; e à necropolítica como prática governamental.

Sugere-se a continuação da pesquisa, a partir de outras fontes de dados, tendo em vista a situação dos mais vulneráveis, moradores em situação de rua ou moradores de favelas, completamente à deriva dos discursos oficiais. Além disso, cabe investigar a relação das pessoas com a morte, a importância do luto e de ritos culturais para se despedirem dos entes queridos.

Conclui-se, também, que os conhecimentos dos cientistas sociais podem contribuir em projeções sociais, bem como colaborar com campanhas políticas, ações governamentais, planos de desenvolvimento e projetos de educação sanitária.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, M. "Manipulação e Fake News". *In*: **Manipulação e Fake News: Uma Nova Forma de Comunicação**. São Paulo: Debate no Goethe-Institut, 2016. Disponível em: <goo.gl/pB7cWR>. Acesso em: 07/04/2020.

BITTENCOURT, R. N. "Pandemia, isolamento social e colapso global". **Revista Espaço Acadêmico**, vol. 19, n. 221, 2020.

BORGES, B.; DUQUE, D.; VELOSO, F. A. A.; SENNA, J. J.; PEREIRA, L. V.; RIBEIRO, L.; MATOS, S. M. "O maior desafio mundial desde a Segunda Guerra Mundial". **FGV IBRE – Boletim Macro**, março, 2020.

BOURDIEU, P. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

CAPIBERIBE, A. "COVID-19: Um novo velho conhecido dos indígenas". **Boletim Especial n. 18** [10/04/2020]. Disponível em: <http://www.anpocs.com>. Acesso em: 07/04/2020.

CARRARA, S. "As Ciências Sociais e a Saúde Coletiva frente a atual epidemia de ignorância, irresponsabilidade e má-fé". **Boletim Especial n. 3** [24/03/2020]. Disponível em: <http://www.anpocs.com>. Acesso em: 07/04/2020.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 17ª edição. São Paulo: Paz & Terra, 2009.

CASTELO, R. "Crise conjuntural e (re)militarização da "questão social" brasileira". **Revista Margem à Esquerda**, n. 23, 2014.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia científica**. 6ª edição. São Paulo: Editora Pearson Prentice Hall, 2007.

COE – Council Of Europe. "COVID-19 crisis: Secretary General concerned about increased risk of domestic violence". **COE Portal** [30/03/2020]. Disponível em: <https://www.coe.int>. Acesso em: 03/04/2020.

COSTA, P. R. S. M. "Violências contra mulheres em tempos de COVID-19". **Portal Eletrônico da UFS**. Disponível em: <http://www.ufs.br/>. Acesso em: 03/04/2020.

DE VITO, A.; GOMEZ, J. P. "Estimating the COVID-19 Cash Crunch: Global Evidence and Policy". **SSRN Website** [27/03/2020]. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3560612>. Acesso em: 07/04/2020.

DRUCK, G. "Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?" **Caderno CRH**, vol.24, número especial, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000400004>. Acesso em: 07/04/2020.

FRIGOTTO, G. "Empresários mais ricos do Brasil: a ignorância, o cinismo e a ganância que matam". **Espaço e Economia**. **Revista brasileira de geografia econômica** [2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.10852>. Acesso em: 11/0/4/2020.

GLOBO. "1,4 mil profissionais de saúde já se infectaram no Brasil e 18 morreram". **Globo** [12/04/2020]. Disponível em: < https://g1.globo.com>. Acesso em: 12/04/2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Indígenas". **Portal Eletrônico do IBGE** [2020]. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br>. Acesso em: 07/04/2020.

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. "Ciência Aberta é Vida: Ibict lança diretório sobre coronavírus e COVID-19". **Portal Eletrônico do IBICT** [2020]. Disponível em: < http://www.ibict.br>. Acesso em: 11/04/2020.

LELLIS, D. "Temos três epidemias em andamento: Coronavírus, informações duvidosas e o medo". **Portal Hospitais Brasil** [18/03/2020]. Disponível em: <https://portalhospitaisbrasil.com.br/fake-news-promovem-mitos-sobre-o-coronavirus/>. Acesso em: 07/04/2020.

MAITAL, S.; BARZANI, E. "The Global Economic Impact of COVID-19: A Summary of Research". **Samuel Neaman Institute for National Policy Research** [2020]. Disponível em: <https://www.neaman.org.il>. Acesso em: 04/0/4/2020.

MANDERSON, L.; LEVINE, S. "COVID-19, Risk, Fear, and Fall-out". **Journal Medical Anthropology**, March, 2020.

MARANHÃO, R. A.; MARANHÃO, R. A. "Novo coronavírus (2019-nCoV): uma abordagem preventiva para o setor hoteleiro". **Brazilian Journal of health Review**, vol. 3, n. 2, 2020.

MARANHÃO, R.; SENHORAS, E. M. "Pacote econômico governamental e o papel do BNDES na guerra contra o novo coronavírus". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 2, n. 4, 2020.

MBEMBE, A. "Necropolítica, una revisión crítica". *In*: GREGOR, Helena Chávez Mac (org.). **Estética y violencia**: Necropolítica, militarización y vidas lloradas. México: UNAMMUAC, 2012.

MINGERS, J. "The paucity of multi-method research: a review of the information systems literature". **Information Systems Journal**, n. 13, 2003.

PERUZZO, S. "Demandas de décadas da Enfermagem se sobressaem no combate à pandemia". **Portal Eletrônico do COFEN** [09/04/2020]. Disponível em: < http://www.cofen.gov.br/>. Acesso em: 11/04/2020.

RIBEIRO, G. L. "Medo Global". **Boletim Especial n. 5** [26/03/2020]. Disponível em: <http://www.anpocs.com>. Acesso em: 07/04/2020.

SARAMAGO, J. **Ensaio sobre a Cegueira**. Alfragide: Editorial Caminho, 1995.

SEGATA, J. "Covid-19: escalas da pandemia e escalas da antropologia". **Boletim Especial n. 2** [23/03/2020]. Disponível em: <http://www.anpocs.com>. Acesso em: 07/04/2020.

SOUZA, M. "Os custos sociais de uma pandemia". **Jornal da USP** [16/03/2020]. Disponível em: <https://jornal.usp.br>. Acesso em: 09/04/2020.

TJBA – Tribunal de Justiça da Bahia. "TJBA concede medidas protetivas por tempo indeterminado durante período de isolamento social". **Portal Eletrônico do TJBA** [02/04/2020]. Disponível em: <http://www5.tjba.jus.br/>. Acesso em: 09/04/2020.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª edição. Porto Alegre. Editora: Bookmam. 2001.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano II | Volume 2 | Nº 5| Boa Vista |2020

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima